



NÍVEL SUPERIOR | MANHÃ

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais:

0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1

1 A palavra sonho significa muitas coisas diferentes: “o
sonho da minha vida” e “meu sonho de consumo” são
expressões usadas pelas pessoas para dizer que pretendem ou
4 conseguiram alcançar algo. Todo mundo tem um sonho, no
sentido de plano futuro. Todo mundo deseja algo que não tem.
Por que será que o sonho, fenômeno normalmente noturno que
7 tanto pode evocar o prazer quanto o medo, é justamente a
palavra usada para designar tudo aquilo que se quer ter?

O repertório publicitário contemporâneo não tem
10 dúvidas de que o sonho é a força motriz de nossos
comportamentos, a motivação íntima de nossa ação exterior.
Desejo é o sinônimo mais preciso da palavra “sonho”. Na área
13 de desembarque de um aeroporto nos Estados Unidos, uma foto
enorme de um casal belo e sorridente, velejando num mar
caribenho em dia ensolarado, sob a frase enigmática: “Aonde
16 seus sonhos o levarão?”, embaixo o logotipo da empresa de
cartão de crédito. Deduz-se do anúncio que os sonhos são
como veleiros, capazes de levar-nos a lugares idílicos,
19 perfeitos, altamente... desejáveis. As equações “sonho é igual
a desejo, que é igual a dinheiro” têm como variável oculta a
liberdade de ir, ser e principalmente ter, liberdade que até os
22 mais miseráveis podem experimentar no mundo de regras
frouxas do sonho noturno, mas que no sonho diurno é
privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.

25 Entretanto, a rotina do trabalho diário e a falta de
tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos
trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização
28 contemporânea. É gritante o contraste entre a relevância
motivacional do sonho e sua banalização no mundo industrial
globalizado. No século XXI, a busca pelo sono perdido
31 envolve rastreadores de sono, colchões *high-tech*, máquinas de
estimulação sonora, pijamas com biossensores, robôs para
ajudar a dormir e uma cornucópia de remédios. A indústria da
34 saúde do sono, um setor que cresce aceleradamente, tem valor
estimado entre 30 bilhões e 40 bilhões de dólares. Mesmo
assim impera a insônia. Se o tempo é sempre escasso, se
37 despertamos diariamente com o toque insistente do
despertador, ainda sonolentos e já atrasados para cumprir
compromissos que se renovam ao infinito, se tão poucos se
40 lembram de que sonham pela simples falta de oportunidade de
contemplar a vida interior, quando a insônia grassa e o bocejo
se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho.

43 E, no entanto, sonha-se. Sonha-se muito e a granel,
sonha-se sofregamente apesar das luzes e dos ruídos da cidade,
da incessante faina da vida e da tristeza das perspectivas.

Sidarta Ribeiro. **O oráculo da noite**: a história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 19-20 (com adaptações).

A partir das ideias e da estrutura do texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto discute a noção de sonho vinculando-a à dimensão cultural e social do mundo contemporâneo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O autor discorre sobre o sonho enfocando especialmente, como fatores culturais e sociais, o papel da cultura da publicidade e da indústria do sono sobre essa faculdade humana.
- 2 O texto aponta dois problemas relativos ao sonho: a sua hipervalorização pela cultura consumista e a sua banalização pela indústria da saúde do sono.
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a publicidade incita a relação entre sonho e desejo, e a indústria do sono banaliza-o mediante uma cornucópia de soluções miraculosas infrutíferas para o combate ao problemas do sono que caracterizam a civilização contemporânea.
- 3 O texto defende que o mal-estar da civilização contemporânea deve-se ao fato de que desejo de consumo e sonho se confundem cada vez mais.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O texto afirma que “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”.
- 4 A exposição de fatos e argumentos que estrutura o texto caracteriza-o como predominantemente dissertativo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. O texto dissertativo é aquele que se ocupa de expor ideias, fatos e argumentos, tal como se verifica, predominantemente, no texto apresentado.
- 5 O texto trata da alteração do significado original da palavra “sonho”, que, com o passar dos anos, assumiu diferentes sentidos, os quais remetem a um plano ou a um desejo no futuro.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Em momento algum do texto, afirma-se que a palavra “sonho” mudou seu sentido original. O que o texto traz de informação é que essa palavra significa muitas coisas que têm em comum o fato de remeterem a um plano futuro ou a um desejo futuro. O que se afirma no item extrapola as informações do texto.

- 6 Depreende-se do texto que a impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo e compromete quantitativa e qualitativamente a capacidade das pessoas de sonhar.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Embora o texto afirme que a “impossibilidade de dormir é uma constante do mundo contemporâneo” e que essa impossibilidade de dormir (por conta das dificuldades do sono, da falta de tempo para dormir ou das interferências externas no sono) reflita diretamente na (pouca) qualidade do sono e, conseqüentemente, na qualidade dos sonhos, não está de acordo com as ideias do texto a afirmação de que a impossibilidade de dormir comprometa a capacidade das pessoas de sonhar, em termos quantitativos. Como se lê no texto, “Sonha-se muito”. Logo, a capacidade de sonhar não é afetada em seus aspectos quantitativos. Assim, afirmar que esses dois aspectos do sonho são afetados está em desacordo com as ideias apresentadas no texto.
- 7 Conforme o texto, o sonho noturno, por suas características, é um território de liberdade acessível a todas as pessoas.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o texto, o sonho noturno se caracteriza por “regras frouxas”, as quais permitem que “até os mais miseráveis” experimentem a liberdade de ir, ser e ter. O uso da palavra “até” serve para denotar inclusão, o que mostra que, enquanto, no mundo real, a experiência de ir, ser e ter é restrita, o sonho noturno desfaz essa restrição e permite a todos — inclusive aos miseráveis — experimentarem essa liberdade.
- 8 Segundo o texto, apesar da profusão de produtos para o sono bem como do crescimento rápido da indústria do sono, a recuperação do sono perdido ainda não foi alcançada pela população.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Embora a indústria do sono invista em colocar no mercado inúmeros produtos para o sono e embora essa indústria tenha crescido rapidamente, o seu objetivo, que é o de oferecer o sono perdido que a população tanto busca, ainda não foi alcançado, uma vez que, “Mesmo assim impera a insônia” (l. 35 e 36).

No que se refere aos sentidos do texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 9 O vocábulo “gritante” (l.28) está empregado com o mesmo sentido de **chocante**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “gritante” possui o significado de evidente, claro, óbvio, enquanto “chocante” significa algo que abala, choca, escandaliza, sentido que não condiz com “gritante” no texto original.
- 10 O termo “ainda” (l.38) está empregado no texto com o mesmo sentido de **embora**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “ainda” está empregado como advérbio no texto, com o sentido de “até então, até o momento”. Não tem valor concessivo, portanto não é equivalente a “embora”.
- 11 A palavra “cornucópia” (l.33) está empregada no texto com o sentido de **abundância, profusão, grande quantidade**.
JUSTIFICATIVA: CERTO. No texto, a palavra “cornucópia” significa “abundância”, “profusão”, “grande quantidade”, e se refere à imensa quantidade de remédios que a indústria do sono produz como um dos meios de ajudar as pessoas na sua busca do sono perdido.

Com relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 12 Sem prejuízo da informação originalmente veiculada pelo texto, a forma verbal “acometem” (l.26) poderia ser substituída por **atacam**, dados os sentidos do verbo **acometer** e o contexto em que ele foi empregado no texto.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Os dicionários apontam “atacar” como sinônimo de “acometer”. Dado o contexto, a substituição por esse sinônimo não prejudicaria a informação veiculada, até porque ambas as formas verbais estão flexionadas no mesmo tempo, modo, pessoa e número verbais.
- 13 O uso de reticências no trecho “altamente... desejáveis” (l.19) reforça a expressividade do que o autor deseja sugerir com relação à intensificação da equivalência entre sonho e desejo.
JUSTIFICATIVA: CERTO. As reticências denotam interrupção ou incompletude do pensamento, ou hesitação em enunciá-lo. No caso, a interrupção sugere uma disposição de intensificação da avaliação subjetiva do autor do texto acerca da relação entre sonho e desejo.
- 14 O trecho “privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico” (l.24) refere-se, textualmente, à “liberdade de ir, ser e principalmente ter” (l.21).
JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o texto, a liberdade de ir, ser e ter é, no contexto real, privilégio apenas dos detentores de um mágico cartão plástico.
- 15 Seriam preservados o sentido original do texto e sua correção gramatical caso o trecho ‘sonho é igual a desejo’ (l. 19 e 20) fosse substituído por **sonhar é igual a desejar**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Haveria incorreção gramatical no trecho reescrito, em virtude do emprego incorreto do acento grave indicativo de crase.
- 16 A retirada da vírgula após a palavra “veleiros” (l.18), apesar de manter a correção gramatical do texto, alteraria seu sentido original.
JUSTIFICATIVA: CERTO. A omissão da vírgula é gramaticalmente correta e, no período, produz diferença interpretativa em relação à versão original com a vírgula. No original, a sequência “capazes (...) desejáveis” refere-se ao termo “os sonhos”, funcionando como predicativo. Na versão sem a vírgula, a mesma expressão passa a se referir a “veleiros”, funcionando como adjunto.
- 17 A construção “sonha-se”, presente três vezes no último parágrafo do texto, indica que a ação verbal é resultado da intervenção de um agente cuja referência é indefinida.
JUSTIFICATIVA: CERTO. Em todos os seus usos no último parágrafo, o pronome “se” aparece associado ao uso intransitivo do verbo “sonhar”. Nesse caso, a construção “sonha-se” é uma estrutura de indeterminação do sujeito, a qual tem como efeito sintático a impossibilidade de manifestação do agente responsável pela ação verbal e, como efeito semântico-pragmático, a indeterminação da referência a esse agente.
- 18 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a forma verbal “são” (l.2) poderia ser substituída por **tratam-se de**.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa substituição acarreta dois erros. O primeiro deles é sintático, uma vez que, segundo a gramática normativa, o verbo “tratar”, na expressão “tratar-se de”, é analisado como um verbo impessoal. Sendo impessoal, ele não requer sujeito. O segundo é semântico, uma vez que a expressão “tratam-se de” não é sinônima da forma “são”.

19 No último período do terceiro parágrafo do texto, todas as orações iniciadas pela conjunção “se” poderiam ser introduzidas por **quando**, sem prejuízo do sentido original do texto.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A substituição pela conjunção “quando” alteraria o sentido original do texto, emprestando à relação entre as orações um sentido temporal inexistente no original.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens seguintes.

20 No trecho “quando a insônia grassa e o bocejo se impõe, chega-se a duvidar da sobrevivência do sonho” (l. 41 e 42), o emprego da vírgula é facultativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A vírgula em questão é obrigatória para separar a oração subordinada, deslocada, da oração principal.

21 A mesma regra de pontuação justifica o emprego de vírgula após as expressões “No século XXI” (l.30) e “A indústria da saúde do sono” (l. 33 e 34).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No primeiro caso, a vírgula se justifica pelo deslocamento do adjunto adverbial de lugar para a posição de tópico da frase e, no segundo, pela necessidade de marcar o início de uma intercalação de um termo explicativo.

22 Na linha 36, o termo “a insônia” exerce função de complemento da forma verbal “imperar”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O termo “a insônia” exerce função de sujeito do verbo em questão.

23 O emprego da expressão “Todo mundo” (l.4) é um recurso de indeterminação do sujeito sintático da oração, dado o seu sentido generalizante.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Ainda que, semanticamente, o termo “Todo mundo” não permita a identificação de um agente específico, em termos sintáticos é ele o sujeito expresso da forma verbal “tem”. Portanto, pela análise sintática, o sujeito da oração é simples e determinado.

24 Nas linhas 25 e 26, os termos “diário” e “de tempo” desempenham a mesma função sintática.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os termos “diário” e “de tempo” não têm a mesma função sintática: “diário” é adjunto de “trabalho”, enquanto “de tempo” é complemento de “falta”.

25 Prejudicaria a correção do texto o deslocamento da forma pronominal “nos”, em “levar-nos” (l.18), para imediatamente antes da forma verbal “levar”— **nos levar**.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando o infinitivo é impessoal (isto é, não flexionado) e aparece antecedido de preposição, a próclise e a ênclise são possibilidades igualmente corretas de colocação pronominal.

26 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se inserisse acento indicativo de crase na expressão “a granel” (l.43).

JUSTIFICATIVA: CERTO. A palavra “granel” é masculina e, por essa razão, não pode ser antecida de artigo definido feminino, o que impossibilita o uso do acento grave na expressão “a granel”.

27 No trecho “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar, que acometem a maioria dos trabalhadores, são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea” (l. 25 a 28), o pronome “que” exerce a função de sujeito das formas verbais “acometem” e “são”, as quais estão empregadas no plural porque concordam com o antecedente desse pronome: o sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A explicação para o plural na flexão das duas formas verbais é diferente. Cada verbo encontra-se em uma oração, e as relações de concordância se dão dentro dessas orações. A forma “acometem” encontra-se dentro da oração relativa “que acometem a maioria dos trabalhadores” e, nesse caso, aplica-se a explicação apresentada no item, qual seja, a de que esse verbo concorda com o pronome relativo “que” (l.26), o qual se refere ao sujeito composto “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar” (l. 25 e 26). A forma verbal “são”, por sua vez, encontra-se na oração principal “a rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar ... são cruciais para o mal-estar da civilização contemporânea”. Nesse caso, não existe pronome relativo na oração; a concordância se dá entre o verbo e o próprio sujeito composto “A rotina do trabalho diário e a falta de tempo para dormir e sonhar”.

No que diz respeito ao espaço urbano do Distrito Federal (DF) e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

28 No que tange ao uso de serviços de saúde, local de estudo e trabalho, a evidente polarização observada entre o Plano Piloto e as regiões administrativas do DF é igualmente presente entre Brasília e todos os municípios da RIDE, devido a sua dependência econômica em relação à capital, de modo que eles mantêm o perfil de cidades-dormitórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo estudos da polarização da RIDE, verifica-se que a polarização é menos elevada entre determinados municípios da RIDE e Brasília, considerada média em Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Padre Bernardo, e baixa em Formosa, Cristalina, Luziânia, Alexânia e Cocalzinho de Goiás. A polarização é mais elevada em Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental.

29 Com o plano urbanístico de Brasília, Lúcio Costa pretendia que as superquadras fossem lugares livres dos preconceitos sociais que normalmente existem na classe média das cidades brasileiras, contudo, na prática, a formação espacial de Brasília contém os mesmos traços característicos dos processos sociais que evidenciam o caráter desigual e excludente das formações dominadas por relações capitalistas de trabalho em outras grandes cidades brasileiras.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Apesar do planejamento urbanístico para Brasília e do discurso desenvolvimentista da época, na prática a cidade apresenta as mesmas contradições das outras grandes cidades brasileiras, tais como formação de área metropolitana com periferias empobrecidas e seletividade espacial, ou seja, segregação das classes sociais.

30 O espaço urbano do DF acumulou, nas últimas décadas deste século, um déficit habitacional principalmente entre as classes de baixa renda e, para atender a demanda dessas famílias, tem adotado programas habitacionais, sendo exemplo disso o empreendimento Jardins Mangueiral, desenvolvido por parceria público-privada na região administrativa de São Sebastião como modelo de atendimento para a classe de menor rendimento da Unidade de Planejamento Territorial Leste (UPT).

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O empreendimento Jardins Mangueiral privilegiou o atendimento para as classes de rendimento mediano e de menor déficit habitacional. Visou os não residentes das RA empobrecidas da UPT Leste. O projeto foi voltado à realização de habitação de mercado.

31 O tombamento de Brasília foi concedido em 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornando-se a capital federal detentora da maior área tombada do mundo e único bem contemporâneo a receber tal distinção. Para a preservação desse bem, existe o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que define, além dos planos de desenvolvimento local, diversos planos de desenvolvimento e de uso e ocupação do solo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O tombamento de Brasília, concedido pela UNESCO em 1987, prevê a preservação do conjunto urbanístico de Brasília, único bem contemporâneo tombado no mundo. Para sua preservação, foi necessária a definição territorial da área tombada, conforme o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

No contexto da Independência do Brasil (1822), importantes personalidades, como José Bonifácio e Hipólito da Costa, já defendiam a transferência da capital para o interior do país. Na República, as Constituições de 1891, 1934 e 1946 tratavam do tema. Todavia, só na segunda metade dos anos 50 as obras da nova sede político-administrativa do Brasil foram implementadas no Planalto Central. A inauguração de Brasília se deu em 21 de abril de 1960.

Considerando aspectos marcantes do processo de transferência da capital brasileira para o interior do país e de sua consolidação como sede dos Poderes da República, ao longo de seis décadas, julgue os itens seguintes.

32 Historicamente, dois argumentos foram utilizados para justificar a necessidade de transferência da capital brasileira do litoral para o interior do país: inicialmente, o da defesa, pois isso a tornaria menos suscetível a ataques pelo mar; mais tarde, a possibilidade de promover a interiorização do desenvolvimento nacional pela ocupação de áreas do vasto território até então negligenciadas.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A ideia da mudança da capital é tão antiga quanto a existência do Brasil independente. As justificativas variavam com o tempo, mas ganhou força o papel de indutor da interiorização do desenvolvimento a partir da Era Vargas (“Marcha para o Oeste”).

33 A construção de Brasília, no governo Juscelino Kubistchek de Oliveira, não ficou imune à ação oposicionista, tendo a oposição à mudança da capital sido liderada pela seção goiana da União Democrática Nacional (UDN), contrária à cessão de parte do território de Goiás para o novo Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Na UDN, a seção do Partido em Goiás foi exceção ao apoiar entusiasticamente a decisão de JK (que era do PSD) de transferir a capital para o coração do País.

34 Tendo por objetivo a articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, Lei Complementar de 1998 criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), acompanhada do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme a Lei Complementar n.º 94.

35 A inexistência de conflitos e de eventuais confrontos entre os trabalhadores, principalmente os operários — conhecidos como candangos —, e as forças de segurança foi nota de destaque ao longo dos trabalhos de construção da nova capital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os candangos foram a maioria absoluta dos trabalhadores que edificaram Brasília. Choque e confrontos aconteceram em bom número, um dos quais ficou conhecido como massacre.

Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

36 Servidor público aposentado no ano de 2015 pode ser revertido, voluntariamente, ao serviço público até o ano de 2020, desde que haja cargo vago e interesse da administração manifestado expressamente em edital.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A reversão pode ocorrer voluntariamente, se houver interesse da administração e cargo vago, quando decorridos menos de cinco anos da aposentadoria. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 34. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: (...) III – voluntariamente, desde que, cumulativamente: a) haja manifesto interesse da administração, expresso em edital que fixe os critérios de reversão voluntária aos interessados que estejam em igual situação; b) tenham decorrido menos de cinco anos da data de aposentadoria; c) haja cargo vago.”

37 Servidor público que acumule dois cargos em comissão — um deles interinamente — e que venha a exercer cumulativamente as atribuições de ambos fará jus ao acúmulo remuneratório dos cargos, mesmo no período da interinidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. No período do exercício dos dois cargos, o servidor deverá optar pela remuneração de um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 15. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, hipótese em que deve: I – acumular as atribuições de ambos os cargos; II – optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.”

38 Servidor público que acumular ilegalmente cargos públicos, mesmo que de boa-fé, estará sujeito à sanção de demissão.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A sanção de demissão é prevista para servidor público que tenha agido com má-fé comprovada. Em caso de boa-fé, a sanção cabível é a exoneração.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação. (...) § 6º Caracterizada no processo disciplinar a acumulação ilegal, a administração pública deve observar o seguinte: I – reconhecida a boa-fé, exonerar o servidor do cargo vinculado ao órgão, autarquia ou fundação onde o processo foi instaurado; II – provada a má-fé, aplicar a sanção de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos ou empregos em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação devem ser comunicados.”

39 Servidor público ocupante de cargo efetivo faz jus a três meses de licença-servidor a cada cinco anos de efetivo serviço; porém, se o servidor faltar por mais de trinta dias durante o período aquisitivo, sem apresentar justificativa, a contagem do prazo para aquisição é interrompida, retardando-se a concessão do benefício na proporção de um dia para cada falta que exceder a esse período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contagem do prazo é interrompida na proporção de um mês para cada falta injustificada que o servidor tiver durante o período aquisitivo. Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 139. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo efetivo faz jus a 3 meses de licença-servidor, sem prejuízo de sua remuneração, inclusive da retribuição do cargo em comissão, função de confiança ou função gratificada escolar (FGE) que eventualmente exerça.

Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-servidor é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo: I – sofrer sanção disciplinar de suspensão; II – licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.”.

40 Servidor público cujo local de trabalho habitual seja insalubre e lhe gere risco de vida faz jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, porém deve optar por apenas um deles, já que são benefícios inacumuláveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deve optar por um deles.

Lei Complementar distrital n.º 840/2011: “Art. 79. O servidor que trabalha com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida faz jus a um adicional de insalubridade ou de periculosidade.

§ 1º O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade tem de optar por um deles.”.

Com base na Lei Orgânica do Distrito Federal e no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo, julgue os itens seguintes.

41 A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais dispensa a aprovação de nova lei para criação de conselho tutelar dessa mesma região.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A criação de região administrativa por lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais cria automaticamente o conselho tutelar para a respectiva região. Lei Orgânica do Distrito Federal: “Art. 13. A criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais. Parágrafo único. Com a criação de nova Região Administrativa, fica criado, automaticamente, Conselho Tutelar para a respectiva região. (Parágrafo acrescido pela Emenda à Lei Orgânica n.º 83, de 2014)”.

42 Secretário executivo de secretaria de estado do Distrito Federal pode exercer, de forma não remunerada, encargo de mandatário, desde que isso não implique a prática de atos empresariais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O exercício não remunerado de secretário executivo de encargo de mandatário pode ocorrer, desde que não implique a prática de atos empresariais.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO I

Art. 1º Fica instituído o Código de Conduta da Alta Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, cujas normas aplicam-se às seguintes autoridades: I – Secretários de Estado, Secretários de Estado Adjuntos, Secretários Executivos e Subsecretários, bem como cargos de natureza equivalente;

(...)

Art. 17. É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função.”.

43 Servidor público da Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no exercício da sua função, deixar de tratar com urbanidade e cordialidade cidadão que procurar o órgão para apresentar requerimento administrativo estará sujeito a responder pela sua conduta perante a comissão de ética do órgão, que poderá aplicar-lhe a penalidade de censura ética ou suspensão do cargo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A penalidade prevista no Código de Ética dos Servidores e Empregados Públicos Civis do Poder Executivo é de censura ética, não estando prevista a suspensão do cargo público.

Decreto n.º 37.297/2016:

“ANEXO II

(...) Art. 6º É dever do servidor ou empregado público: I – agir com cordialidade, urbanidade, disponibilidade e atenção com todos os usuários do serviço público; (...)

Art. 12. A violação aos dispositivos estabelecidos no presente Código enseja ao servidor ou empregado público infrator a aplicação de censura ética.”.

Com base no disposto no Decreto distrital n.º 36.756/2015 que dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), julgue os itens a seguir.

44 A fim de evitar o vazamento de informações sigilosas, o SEI contempla, entre os seus objetivos, o de limitar o acesso à informação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O inciso IV do art. 2.º do Decreto distrital n.º 36.756/2015 apresenta como um dos objetivos do SEI a facilitação do acesso à informação.

45 O órgão gestor do SEI é a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem cabe garantir recursos de tecnologia da informação, equipe técnica especializada, recursos materiais e estrutura de gestão para a manutenção e a sustentação do sistema.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Arts. 3.º-A e 5.º, inciso X, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

46 O SEI é o sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais no âmbito dos órgãos e das entidades do Distrito Federal, sendo vedada qualquer iniciativa de implantação de sistema semelhante e com o mesmo propósito.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 1.º, combinado com seu § 1.º, do Decreto distrital n.º 36.756/2015.

À luz da Lei Complementar n.º 395/2001 que trata da organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, julgue os itens subsequentes.

- 47 A lei prevê que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal seja chefiada pelo procurador-geral, que é escolhido pelo governador do Distrito Federal, dentre os procuradores do Distrito Federal em atividade, devendo ser aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 5.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 48 O procurador-corregedor será eleito em escrutínio secreto dentre os membros da carreira de procurador do Distrito Federal e nomeado pelo governador do Distrito Federal para mandato de dois anos, permitida a recondução por um único período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 8.º da Lei Complementar n.º 395/2001, o procurador-corregedor será nomeado pelo governador do Distrito Federal, por indicação do procurador-geral do Distrito Federal.

- 49 O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Distrito Federal é composto pelo procurador-geral, que o preside, e por dez membros titulares e dez suplentes.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Art. 10, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 395/2001.

- 50 O titular da Procuradoria-Geral do Distrito Federal possui as mesmas prerrogativas, direitos e vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Consoante dispõe o art. 3.º da Lei Complementar n.º 395/2001, “a Procuradoria-Geral do Distrito Federal é equiparada, para todos os efeitos, às secretarias de estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de secretário de estado”.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

conta	saldo em 1.º/1/2020 (R\$)	saldo em 31/1/2020 (R\$)
adiantamento de salários	10.500	32.580
aluguéis a pagar	32.500	12.500
aluguéis antecipados	9.862	–
banco	78.950	37.890
caixa	1.200	900
clientes	32.478	12.870
custo da mercadoria vendida	–	67.900
despesa com aluguéis	–	21.750
despesa com energia elétrica	–	25.400
despesa com salários	–	65.200
despesa com seguros	–	34.800
empréstimos a pagar	99.250	32.580
energia a pagar	13.520	7.500
energia elétrica antecipada	14.750	6.540
estoques	64.570	31.780
fornecedores	10.250	2.500
receita de vendas	–	425.200
salários a pagar	41.420	10.250
seguros a pagar	16.590	22.100
seguros antecipados	13.425	18.970

Considerando o conjunto de contas apresentado na tabela precedente e acerca das demonstrações contábeis previstas pela legislação brasileira, julgue os itens a seguir.

51 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente ao fluxo dos financiamentos, é positiva e corresponde a R\$ 62.510.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A conta relacionada ao fluxo de financiamentos, nesse caso, é a conta de empréstimos a pagar.

Como não houve a apresentação de juros a pagar e despesa com juros o valor relativo ao fluxo de financiamentos restringe-se, no caso específico, a diferença entre o saldo inicial e o saldo final da conta, da seguinte maneira: R\$ 99.250 – R\$ 32.580 que, por sua vez, proporcionará montante de R\$ 66.670.

52 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente a pagamento relativo à energia elétrica no período, é de R\$ 23.210.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

energia antecipada

R\$ 14.750	
	R\$ 8.210
R\$ 6.540	

Antes de apurar o valor efetivamente pago a título de energia elétrica o primeiro passo é, ao utilizar o razonete, determinar o montante que poderá ser pago, conforme detalhado a seguir.

despesa com energia

R\$ 25.400	
	R\$ 8.210 parcela da energia antecipada já paga
R\$ 17.190	energia que poderá ser paga

O segundo passo é incluir no razonete de energia a pagar a parcela que poderá ser paga no período, advinda do razonete anterior e apurar a diferença que corresponde ao valor efetivamente demonstrado no fluxo do disponível.

energia a pagar

	R\$ 13.520
	R\$ 17.190
R\$ 23.210	pagamento de energia
	R\$ 7.500,00

- 53 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente ao pagamento de salários no período, é de R\$ 111.830.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Antes de estabelecer qual o valor que poderá ser pago de despesas com salários no período é necessário verificar se a empresa incorreu em salários antecipados no período. Como há pagamento antecipado de salários, conforme o terceiro razãoete a seguir, o valor da despesa corresponde ao valor que poderá ser pago no mês em análise, conforme primeiro razãoete a seguir.

despesa com salários

R\$ –	despesa antecipada incorrida
R\$ 65.200	despesa que poderá ser paga
R\$ 65.200	

O segundo passo a ser seguido relaciona-se ao salário a pagar. Como houve aumento de salários antecipados este valor será considerado no razãoete de salários a pagar. Assim, o valor pago de salários do período corresponde a R\$ 89.750 e o valor adiantado aos funcionários R\$ 22.080 que, somados, perfazem R\$ 111.830.

salários a pagar

	R\$ 34.800
	R\$ 65.200
R\$ 89.750	pagamento de salários
	R\$ 10.250

salários antecipados

R\$ 10.500	
R\$ 22.080	valor adiantado e pago
R\$ 32.580	
R\$ 111.830	

- 54 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente a pagamento de seguros no período, é de R\$ 29.290.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O valor de seguros antecipados aumentou o que, por sua vez, implica em contratação de novos seguros. Esta contratação não pode ser configurada como pagamento sem antes verificar a conta de seguros a pagar. Ao incluir o valor antecipado com o valor da despesa no razãoete de seguros a pagar constata-se que o pagamento do período, conforme o terceiro razãoete abaixo, é de R\$ 34.835 e não os R\$ 29.900 apresentado no item.

despesa com seguros

R\$ 34.800	
R\$ 34.800	

seguros antecipados

R\$ 13.425	
R\$ 5.545	contratação de seguros
R\$ 18.970	

seguros a pagar

	R\$ 16.590
	R\$ 5.545
	R\$ 34.800
R\$ 34.835	pagamento de seguros
	R\$ 22.100

- 55 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente a pagamento de aluguéis no período, é de R\$ 31.888.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Antes de julgar o referido item o candidato deverá sistematizar os razonetes para entender a dinâmica das contas. O primeiro passo é determinar a despesa que poderá ser paga no período, conforme razonete de despesas com aluguéis, sem deixar de incluir o valor de aluguéis antecipados que foram totalmente incorridos no período.

despesa com aluguéis	
R\$ 9.862	despesa antecipada incorrida
R\$ 11.888	despesa que poderá ser paga
R\$ 21.750	

Após descobrir o valor que poderá ser pago no período em questão o candidato deverá incluir este valor no razonete de aluguéis a pagar, conforme razonete de aluguéis a pagar.

aluguéis a pagar	
	R\$ 32.500
	R\$ 11.888
R\$ 31.888	pagamento de aluguéis
	R\$ 12.500

aluguéis antecipados	
R\$ 9.862	
R\$ –	
	R\$ 9.862
R\$ –	

- 56 A divulgação, na demonstração do fluxo do disponível, referente a pagamento a fornecedores, é de R\$ 42.860.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A apuração do custo da mercadoria vendida pode seguir a seguinte fórmula: $CMV = EI + C - EF$. Para se apurar o valor das compras líquidas deve-se utilizar a seguinte fórmula: fornecedores inicial + compras – pagamentos = fornecedores final.

Em que: pagamentos = fornecedores inicial + compra – fornecedores final.

Desse modo, a apuração será: fornecedores inicial + compras – pagamentos = fornecedores final.

Pagamentos = fornecedores inicial + compra – fornecedores final.
R\$ 42.860.

Acerca dos critérios de avaliação das contas, julgue os itens que se seguem.

- 57 Em observância às normas internacionais de contabilidade, os gastos relativos à manutenção periódica de máquinas serão reconhecidos como ativo e incorporados ao saldo do respectivo item patrimonial a que estão vinculados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Tais gastos não podem se configurar como ativos, são contabilizados no resultado do exercício. CPC 27 ATIVO IMOBILIZADO. Custos subsequentes: 12. Segundo o princípio de reconhecimento do item 7, a entidade não reconhece no valor contábil de um item do ativo imobilizado os custos da manutenção periódica do item. Pelo contrário, esses custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos da manutenção periódica são principalmente os custos de mão de obra e de produtos consumíveis, e podem incluir o custo de pequenas peças. A finalidade desses gastos é muitas vezes descrita como sendo para “reparo e manutenção” de item do ativo imobilizado.

- 58 Embora terrenos e edificações sejam ativos contabilizados separadamente, ainda que tenham sido adquiridos em conjunto, caso o terreno sofra acréscimo de valor, a edificação que nele estiver construída também sofrerá acréscimo em seu valor contábil.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo com o CPC 27 o valor do edifício não pode sofrer reflexos de acréscimo no terreno. Terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Com algumas exceções, como as pedreiras e os locais usados como aterro, os terrenos têm vida útil ilimitada e, portanto, não são depreciados. Os edifícios têm vida útil limitada e, por isso, são ativos depreciáveis. O aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta o valor contábil do edifício.

Acerca dos ativos intangíveis, julgue os itens subsequentes.

- 59 Os custos incorridos na reinstalação de ativo intangível serão incorporados ao seu valor contábil.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Tais custos não podem ser incorporados ao custo do intangível. Tal incorporação é vedada pelo CPC 04 (R1) ATIVO INTANGÍVEL. O reconhecimento dos custos no valor contábil de ativo intangível cessa quando esse ativo está nas condições operacionais pretendidas pela administração. Portanto, os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de ativo intangível não devem ser incluídos no seu valor contábil, (...).

- 60 A carteira de clientes de uma empresa não deve ser reconhecida como ativos intangíveis.

JUSTIFICATIVA: CERTO. CPC 04 (R1) ATIVO INTANGÍVEL: 63. Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares, gerados internamente, não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.

61 Caso a empresa tenha reconhecido gastos com intangível como despesa em período anterior, esse gasto não poderá ser reconhecido como parte do custo do ativo intangível em período subsequente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. CPC 04 (R1) ATIVO INTANGÍVEL. Despesa anterior não reconhecida como ativo: 71. Gastos com um item intangível reconhecidos inicialmente como despesa não devem ser reconhecidos como parte do custo de ativo intangível em data subsequente.

A estrutura conceitual para relatório financeiro tanto descreve o objetivo quanto os conceitos para a elaboração do relatório financeiro para fins gerais. Acerca desse assunto, julgue os próximos itens.

62 Ao considerar a nova perspectiva do conservadorismo contábil, as decisões dos gestores devem fundamentar-se nas informações que geram valor confirmatório. Desse modo, a relevância das informações financeiras não se vincula a informações que tenham valor preditivo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As informações possuem características preditivas e confirmatórias conforme detalhamento a seguir. CPC 00 (R2) – Relevância: 2.6 Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes; 2.7 Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos; 2.8 Informações financeiras têm valor preditivo, se podem ser utilizadas como informações em processos empregados pelos usuários para prever resultados futuros. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

63 A utilidade da informação divulgada no relatório financeiro está diretamente relacionada à relevância e à fidedignidade daquilo que elas pretendem representar. Assim, quanto mais compreensível for a informação divulgada, mais útil ela será ao usuário interessado.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o CPC 00 (R2) as características qualitativas de informações financeiras úteis são: a) ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

64 No que se refere à divulgação, os relatórios financeiros de empresas que têm participação em outra empresa (controladora) apresentam elementos e estrutura específicos. Por esse motivo, mesmo que a empresa que divulga a informação tenha participação em outras empresas — sem que estas sejam caracterizadas como controladas —, a denominação das demonstrações que englobam informação de todas as empresas será denominada “demonstrações contábeis consolidadas”.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Quando inexistente a relação de controle a denominação correta é “demonstrações contábeis combinadas”. Segundo o CPC 00 (R2): “3.11 Às vezes, a entidade (controladora) tem o controle sobre outra entidade (controlada). Se a entidade que reporta compreende tanto a controladora como suas controladas, as demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas ‘demonstrações contábeis consolidadas’ (ver itens 3.15 e 3.16). Se a entidade que reporta é apenas a controladora, as demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas ‘demonstrações contábeis não consolidadas’ (ver itens 3.17 e 3.18).

3.12 Se a entidade que reporta compreende duas ou mais entidades que não são todas vinculadas pelo relacionamento controladora-controlada, as demonstrações contábeis da entidade que reporta são denominadas ‘demonstrações contábeis combinadas’.”.

Relativamente ao tratamento contábil de elementos patrimoniais diversos, julgue os itens a seguir.

65 **Situação hipotética:** Determinada empresa recorreu judicialmente contra a cobrança de alguns tributos e, na avaliação dos advogados da empresa, a probabilidade de ganho da ação é de 80%. **Assertiva:** Em função disso, o ativo contingente correspondente deve ser contabilizado no balanço patrimonial da companhia.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode se referir a resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

66 Os bens obtidos por meio de arrendamento devem ser avaliados pelo arrendador ao custo, o que inclui o valor presente do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos e eventuais custos de desmontagem e remoção futura do ativo subjacente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Na data de início, o arrendatário deve mensurar o ativo de direito de uso ao custo. O custo do ativo de direito de uso deve compreender: (a) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (b) quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário; e (d) a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e pelas condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico.

67 Torna-se impraticável a reapresentação retrospectiva de dada mensuração contábil, visando à correção de um erro, quando isso exigir premissas baseadas em qual teria sido a intenção da administração da companhia naquele momento passado.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Para um período anterior em particular, é impraticável aplicar retrospectivamente a mudança em política contábil ou fazer a reapresentação retrospectiva para corrigir um erro se: “(b) a aplicação retrospectiva ou a reapresentação retrospectiva exigir premissas baseadas no que teria sido a intenção da Administração naquele momento passado”.

68 As ações de emissão da própria empresa e recompradas no mercado devem ser registradas pelo seu custo de aquisição, o que incorpora os eventuais custos de transação.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão da própria entidade devem ser tratados como acréscimo do custo de aquisição de tais ações.

Com relação aos custos e às receitas apurados pela contabilidade, julgue os itens que se seguem.

69 A correta mensuração da receita contábil dos bens ou dos serviços fornecidos aos clientes exige a identificação das obrigações de *performance* assumidas, desde que formalmente expressas no contrato específico com o cliente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Muitas obrigações de *performance* podem não estar expressas em contrato, já que “um contrato com cliente pode incluir também promessas que sejam sugeridas pelas práticas usuais de negócios, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade se, no momento da celebração do contrato, essas promessas criarem uma expectativa válida do cliente de que a entidade transferirá bem ou serviço ao cliente”.

70 Para fins contábeis, a receita se torna reconhecível quando da emissão da nota fiscal de venda ou de prestação de serviços ao cliente.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de *performance* ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

71 O tratamento dado aos custos variáveis é o que diferencia a metodologia de custeio por absorção da metodologia de custeio variável.

JUSTIFICATIVA: ERRADA. A diferenciação entre essas metodologias está no tratamento dado aos custos fixos, e não aos custos variáveis.

72 **Situação hipotética:** Quando seus estoques iniciais estavam zerados, uma empresa apurou, em dado exercício social, lucro operacional líquido de R\$ 350 mil em um sistema de custeio variável. Nesse contexto, essa empresa incorreu em custos fixos de R\$ 500 mil para produzir completamente determinado número de unidades de seu único produto e vender 80% dessas unidades. **Assertiva:** Nessa situação, a referida empresa verificou um lucro operacional, para fins societários, superior a R\$ 400 mil.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Como 20% das unidades produzidas não foram vendidas, então 1/5 ou R\$ 100 mil em custos fixos foram direcionados aos estoques, para fins societários. Como a metodologia do custeio variável direciona 100% dos custos fixos para o resultado do exercício, então haverá uma diferença de R\$ 100 mil entre os lucros apurados pelos dois sistemas, sendo o lucro apurado pelo custeio por absorção igual a R\$ 450 mil.

73 Considere que o índice da margem de segurança de uma indústria seja, em dado momento, igual a 12,50%. Nessas condições, caso o volume de vendas aumente em 5%, sem qualquer alteração em sua estrutura de custos e preços, o aumento no lucro operacional líquido será superior a 60%.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O índice da margem de segurança (IMS) é uma relação entre o que sobra das vendas após ter sido atingido o ponto de equilíbrio e o montante de vendas nesse momento. Ele é o inverso do grau de alavancagem operacional (GAO). Então, quando o IMS é 0,125/1, o GAO é 1/0,125, ou seja, 8. O GAO demonstra quanto variará o lucro operacional ante uma variação no volume de vendas. Assim, um aumento de 5% nas vendas provocará um efeito 8 vezes maior sobre o lucro operacional líquido (LOL), levando a um crescimento de 40% no LOL.

74 Enquanto o sistema de custeio ABC em dois estágios é essencialmente contábil, o sistema de custeio ABC em múltiplos estágios é basicamente operacional.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O sistema de dois estágios tem como núcleo de sua base de dados a razão contábil, motivo pelo qual ele se aproxima muito da contabilidade financeira. Por outro lado, o sistema de múltiplos estágios reflete o processo produtivo da empresa, e não seu sistema de registro de custos, por isso é mais operacional.

Quando à utilização de instrumentos de análise econômico-financeira, julgue os itens subsequentes.

75 Caso uma empresa apresente, em seu exercício social mais recente, passivos circulantes 40% maiores do que seus ativos circulantes, o indicador de liquidez corrente será superior a 0,7.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Se os passivos circulantes são 140% dos ativos circulantes, então a liquidez corrente é igual a $100/140 = 0,71$.

76 **Situação hipotética:** Uma empresa, com investimentos operacionais totais de R\$ 10 milhões, conseguiu gerar vendas de R\$ 35 milhões e obter, em seu último exercício social, uma margem operacional líquida de 4% sobre essas vendas. **Assertiva:** Nessas condições, o indicador de retorno sobre os investimentos foi inferior a 16%.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O ROI pode ser calculado pela divisão do lucro operacional líquido (LOL) pelo total de investimentos operacionais (IO). Como a margem operacional líquida foi 4% da receita de R\$ 35 milhões, então o LOL foi de R\$ 1,4 milhão. Fazendo-se a divisão do LOL pelo IO, chega-se a um ROI igual a 0,14 ou 14%.

77 **Situação hipotética:** Uma indústria apresentava, no final do último exercício social, um endividamento geral de 0,60, e um grau de imobilização do patrimônio líquido de 0,50. **Assertiva:** Nessa situação, conclui-se que o seu imobilizado representava, pelo menos, 40% do total de investimentos existente ao final do período.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O EG é resultado da divisão dos capitais de terceiros pelo ativo total e, segundo o descrito, ela era de 60/100. Portanto, o PL/Ativo era igual a 40/100. O grau de imobilização do PL resulta da divisão do imobilizado pelo PL e era de 50/100. Se metade do PL foi utilizada para cobrir o imobilizado e o PL representa 40% dos capitais aplicados na empresa, então o imobilizado representa 20% do total de investimentos existentes ao final do período.

78 As análises vertical e horizontal são técnicas de análise comparativa, sendo a primeira tendencial e a segunda, estática.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. É o contrário. A análise horizontal é tendencial, compara ao longo do tempo, permitindo ver a dinâmica, enquanto a análise vertical é estática, refere-se à relação entre grandezas dentro de um único exercício social.

A respeito da receita e da despesa sob o enfoque patrimonial, bem como acerca do reconhecimento das variações patrimoniais qualitativas e quantitativas, julgue os itens a seguir.

79 Será denominada de variação patrimonial aumentativa a receita sob o enfoque patrimonial.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o MCASP, a receita sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial aumentativa.

80 A variação patrimonial diminutiva pode ser reconhecida antes, no momento ou depois da liquidação da despesa orçamentária.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o MCASP, o reconhecimento da variação patrimonial diminutiva pode ocorrer em três momentos: antes, depois ou no momento da liquidação da despesa orçamentária.

81 Por representar um fato permutativo, o recebimento de um bem em doação não caracteriza uma variação patrimonial aumentativa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa o recebimento efetivo de doações e subvenções.

Julgue os itens que se seguem, acerca do tratamento contábil aplicável a ativo imobilizado, ativo intangível e redução a valor recuperável.

82 Os custos incorridos com a manutenção periódica de um item do ativo imobilizado devem ser reconhecidos no valor contábil do respectivo ativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, a entidade não reconhece, no valor contábil de um item do ativo imobilizado, os custos da manutenção periódica do item (por exemplo, custos de mão de obra, produtos consumíveis). Esses custos são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

83 Inicialmente, um ativo intangível adquirido sem contraprestação deve ser mensurado pelo valor justo na data da aquisição.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo o MCASP, o ativo intangível adquirido por meio de transação sem contraprestação é mensurado inicialmente pelo valor justo na data da aquisição e não constitui uma reavaliação. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo valor justo, esses ativos poderão utilizar o modelo de reavaliação, caso seja necessário.

84 A redução ao valor recuperável representa o declínio gradual do potencial de benefícios de um ativo motivada por desgaste, uso ou obsolescência do referido ativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, a redução a valor recuperável é a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

Relativamente à mensuração das provisões e dos passivos contingentes, julgue os itens subsecutivos.

85 Quando a provisão envolver uma grande população de itens, seu valor deve corresponder à melhor estimativa de desempenho para liquidar cada obrigação.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, quando a provisão mensurada envolver uma grande população de itens, a obrigação é estimada ponderando-se todos os possíveis resultados.

86 Caso uma saída de recursos de um passivo contingente se torne provável, uma provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo o MCASP, os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

A legislação de determinado ente federado regulamentou que o fato gerador do imposto sobre propriedade predial e territorial (IPTU) ocorrerá no dia 1.º de janeiro de cada ano, mas a sua arrecadação efetiva só acontecerá entre os meses de março e agosto desses mesmos anos.

Considerando a situação hipotética precedente e o tratamento contábil aplicável a impostos e contribuições, julgue os próximos itens.

87 No momento do fato gerador (1.º de janeiro), haverá o aumento do ativo e do resultado do exercício, em razão do registro contábil do crédito tributário a receber.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo o MCASP, no dia 1.º de janeiro será feito o lançamento D – Créditos tributários a receber (P) e C – Impostos sobre o patrimônio e a renda. Esse registro provoca aumento do ativo e do resultado do exercício, atendendo ao disposto nos arts. 100 e 104 da Lei n.º 4.320/1964.

88 No dia 1.º de janeiro, também deverá ser contabilizada a respectiva receita orçamentária, uma vez que a previsão de arrecadação da referida receita terá sido confirmada.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, somente no momento da arrecadação será contabilizada a receita orçamentária (art. 35 da Lei n.º 4.320/1964), procedendo a baixa do direito a receber registrado anteriormente.

Com relação a ambiente da informação de custos, julgue o item a seguir.

89 Os serviços de contabilidade devem ser organizados de forma a permitir a determinação dos custos industriais.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, os serviços de contabilidade devem ser organizados de forma a permitir, entre outros, a determinação dos custos industriais.

Acerca da competência para instituição e manutenção do plano de contas aplicado ao setor público (PCASP) e de sua estrutura, julgue os itens seguintes.

- 90** Cabe aos tribunais de contas aos quais os entes federados encontram-se jurisdicionados criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis constantes do PCASP.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. De acordo o MCASP, cabe à STN criar, alterar, excluir, codificar, especificar, desdobrar e detalhar as contas contábeis.

- 91** As contas contábeis do PCASP são segregadas em grandes grupos de acordo com as características dos atos e dos fatos nela registrados.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo o MCASP, a metodologia utilizada para a estruturação do PCASP foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos de acordo com as características dos atos e fatos nela registrados.

Acerca dos preceitos da estrutura conceitual no processo de elaboração de seus relatórios contábeis, julgue o item a seguir.

- 92** Deverão aplicar os preceitos da estrutura conceitual no processo de elaboração de seus relatórios contábeis, entre outras entidades, os governos estaduais, municipais, distrital e federal, bem como as secretarias, autarquias e fundações mantidas pelo poder público.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Segundo o item 1.8 da NBC TSP Estrutura Conceitual do Conselho Federal de Contabilidade: “A estrutura conceitual e as demais NBCs TSP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão compreendidos no conceito de entidades do setor público: os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes)”.

Julgue os itens que se seguem, acerca das informações que devem ser apresentadas na demonstração de fluxo de caixa (DFC) de um ente público.

- 93** O valor de um recebimento de sinistros e benefícios de apólice de seguros contribui para a geração de caixa das atividades de investimento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O recebimento de sinistros e benefícios de apólice — bem como pagamentos em caixa de prêmios, anuidades, em transações com seguradora — é contabilizado como atividade operacional, como determina o MCASP, 8.ª edição, parte V (Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público), item 6 (DFC), tópico 6.2.1 (Atividades operacionais).

- 94** Quando alienado, o valor de um ativo intangível deve ser computado no fluxo das atividades operacionais.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A alienação de um ativo intangível deve ser computado no fluxo das atividades de investimentos como determina o MCASP, 8.ª edição, parte V (Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público), item 6 (DFC).

- 95** Apenas a obtenção de empréstimo deve ser computada no fluxo das atividades de financiamento.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A obtenção de empréstimo deve ser computada no fluxo das atividades de financiamento, como determina o MCASP, 8.ª edição, parte V (Demonstrações Contábeis aplicadas ao setor público), item 6 (DFC).

Julgue os itens subsequentes, referentes ao balanço orçamentário.

- 96** O balanço orçamentário deverá fornecer aos usuários informações acerca do excesso ou da insuficiência de receitas arrecadadas em relação à previsão inicial, quando houver.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o MCASP, 8.ª edição, o balanço orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

- 97** Quando existentes, os valores destinados ao refinanciamento de dívidas da entidade deverão ser apresentados nas categorias de dívida mobiliária e dívida contratual.

JUSTIFICATIVA: CERTO. De acordo com o MCASP, 8.ª edição, os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Esse nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

- 98** Caso recursos financeiros tenham sido destinados a gastos com saúde ou educação, essa informação deverá ser detalhada no balanço orçamentário.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A destinação de recursos financeiros disponíveis é uma informação constante do balanço financeiro.

conta	valor (R\$)
caixa	15.000
duplicatas a pagar no curto prazo	28.000
imóvel	150.000
estoque de materiais de consumo	5.000
empréstimo de curto prazo	40.000
salários a pagar	380.000
valores a receber de longo prazo	12.000
aplicações financeiras de liquidez imediata	20.000
veículos	60.000
adiantamento de salários	280.000
devoluções e restituições a receber de curto prazo	20.000
encargos sociais a recolher	16.000
depreciação acumulada	18.000

Tendo como referência as contas de um ente público apresentadas para a elaboração do balanço patrimonial, conforme tabela precedente, julgue os próximos itens.

- 99** O ativo circulante é representado por quatro contas, que totalizam R\$ 60.000.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As contas do ativo circulante são as seguintes: caixa (R\$ 15.000), estoque (R\$ 5.000), aplicação financeira (R\$ 20.000), adiantamento salarial (R\$ 280.000) e devoluções e restituições a receber de curto prazo (R\$ 20.000), que totalizam R\$ 340.000.

- 100** O ativo imobilizado da entidade corresponde a R\$ 228.000.
JUSTIFICATIVA: ERRADO. As contas do ativo imobilizado são as seguintes: imóveis (R\$ 150.000), veículos (R\$ 60.000) e depreciação acumulada (R\$ 18.000, negativos), que totalizam R\$ 192.000, já que a depreciação deve ser deduzida das contas do imobilizado.

- 101** As dívidas de curto prazo superam em mais de 20% o valor dos ativos de curto prazo.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Ativo Circulante = 15.000 (caixa) + 5.000 (estoque) + 20.000 (aplicações) + 280.000 (adiantamentos) + 20.000 (devoluções a receber) = 340.000
Dívidas de curto prazo = 28.000 (duplicatas) + 40.000 (empréstimos) + 380.000 (salários) + 16.000 (encargos) = 464.000
 $20\% \times 464.000 = 92.800$
 $340.000 + 92.800 = 432.800$, logo, é mais de 20%.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da receita pública.

- 102** Diferentemente das receitas orçamentárias tributárias, as receitas de capital decorrentes de operações de crédito não afetam a situação líquida patrimonial do ente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. As receitas de operações de crédito (empréstimos obtidos com instituições ou através da venda de títulos públicos) geram ao ente a obrigação (passivo) de devolução dos valores auferidos, diferentemente das receitas classificadas como orçamentárias (que geram aumento da situação líquida patrimonial) tributárias, em que o poder público não é obrigado a contrapartida e/ou devolução dos valores obtidos.

- 103** Embora classificados como extraorçamentários, alguns ingressos de recursos poderão gerar aumento da situação líquida patrimonial do ente.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O ingresso de disponibilidades, segundo a Lei n.º 4.320/1964, é classificado em orçamentário (pertencente ao ente público e arrecadado para aplicação em ações de governo, sem qualquer correspondência no passivo – apesar de haver exceção, como operação de crédito, que é orçamentária e compõe o passivo) e em extraorçamentário (pertencente a terceiros e arrecadado para cumprir exigências contratuais e posterior devolução). Um exemplo de ingresso extraorçamentário que pode gerar aumento da situação líquida patrimonial é a caução para participação em procedimentos licitatórios, já que, caso o vencedor descumpra alguma cláusula, o valor depositado como garantia restará para o poder público e se transformará em receita orçamentária.

- 104** O ingresso de recursos resultante da venda de ativos do ente público por meio de leilão é classificado como receita corrente patrimonial.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Segundo a Lei n.º 4.320/1964, integram as receitas de capital:

- as operações de crédito;
- alienação de bens;
- amortização de empréstimos;
- transferências de capital;
- outras receitas de capital.

Tendo em vista que a auditoria interna busca avaliar os sistemas de informações e controles internos das entidades, julgue os itens a seguir.

- 105** Além dos testes substantivos e de observância, o auditor interno pode lançar mão da revisão analítica. Caso os controles internos testados não sejam confiáveis para atender as finalidades às quais se destinam ou os procedimentos de revisão analítica indiquem dados que extrapolem os padrões esperados, o auditor interno deverá realizar um número maior de testes substantivos.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Na prática, os testes de observância, os de procedimentos de revisão analítica e os testes substantivos estão diretamente relacionados. Quanto menos confiáveis forem os controles internos da entidade, maior será a necessidade da realização de testes substantivos. Em relação aos procedimentos analíticos, caso o auditor verifique que os dados contábeis estão fora dos padrões esperados, deverá aumentar o número de testes substantivos a serem realizados.

- 106** O risco de auditoria interna é a possibilidade de o auditor interno ter insucesso no alcance dos objetivos de seu trabalho e, conseqüentemente, emitir uma opinião tecnicamente inadequada a respeito das demonstrações contábeis.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O auditor interno deve apontar em seu relatório as não conformidades, visando aperfeiçoar os processos e controles internos, no intuito de agregar valor ao resultado da entidade. A emissão de opinião a respeito das demonstrações contábeis é papel da auditoria independente, e não da auditoria interna.

No que diz respeito à auditoria independente das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 107** Os papéis de trabalho representam a documentação, em meio físico ou eletrônico, que contém as informações e os registros preparados pelo auditor ou fornecidos a ele no curso dos trabalhos executados, para fundamentar a emissão de opinião. No caso de auditorias realizadas em vários períodos consecutivos, alguns papéis de trabalho, se atualizados, podem ser reutilizados.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O auditor poderá reutilizar alguns papéis de trabalho de auditorias realizadas em vários períodos consecutivos, se eles forem atualizados.

- 108** O planejamento da auditoria inicia-se depois de finalizada a fase de avaliação para a contratação dos serviços e é concluído quando o auditor finaliza os trabalhos preliminares, com o atendimento dos principais objetivos, os quais se referem à obtenção do conhecimento das atividades da entidade auditada, suas práticas operacionais e outros aspectos que possam vir a ser fixados segundo as circunstâncias de cada trabalho.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O planejamento da auditoria é um processo que se inicia na fase de avaliação para a contratação dos serviços.

- 109** O auditor deve planejar seu trabalho considerando o risco da ocorrência de fraudes e erros. Caracteriza erro a aplicação de práticas contábeis indevidas pela entidade e a interpretação errada das variações patrimoniais, as quais podem vir a trazer conseqüências relevantes para as demonstrações contábeis.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A aplicação de práticas contábeis indevidas e a interpretação errada das variações patrimoniais são exemplos de fraude, e não de erros.

110 O auditor independente deve seguir regras e procedimentos de supervisão e controle da qualidade dos serviços que executa, com o propósito de garantir aos usuários de seus serviços a certeza absoluta de que o trabalho tenha sido executado de acordo com as normas profissionais do auditor independente. Para tanto, ele pode adotar a avaliação permanente da carteira de clientes, que assevera a integridade dos seus administradores.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O controle de qualidade dos serviços executados visa garantir aos usuários de seus serviços a certeza razoável, e não absoluta, de que o trabalho foi executado de acordo com as normas profissionais do auditor independente e as normas de controle de qualidade requeridas nas circunstâncias.

111 Na avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade como base para determinar a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar o ambiente de controle existente na entidade e os procedimentos de controle adotados pela administração.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O auditor, na avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, deve considerar o ambiente de controle existente e os procedimentos de controle adotados pela administração, os quais são representados: pelo tamanho e pela complexidade das atividades da entidade; pelos sistemas de informação contábil; pelas áreas de riscos de auditoria; pela natureza da documentação, em face dos sistemas de informatização adotados pela entidade; pelo grau de descentralização de decisão adotado pela administração; e pelo grau de envolvimento da auditoria interna, se existente.

112 Ao detectar passivo a descoberto e apresentação dos principais índices financeiros adversos de forma continuada, o auditor deve, obrigatoriamente, registrar em seu parecer que esses fatores constituem risco de continuidade operacional, descrevendo os seus consequentes efeitos sobre a entidade.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Nem sempre a existência de um ou mais indicadores financeiros ou operacionais significa que o pressuposto de continuidade operacional deverá ser questionado. A importância desses indicadores quanto à continuidade normal das atividades da entidade pode, muitas vezes, ser mitigada por planos futuros a serem implementados pela entidade, que, em consequência, pode não ser afetada.

Acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes, julgue o item a seguir.

113 Para obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de terem sido causadas por fraude ou erro, o auditor independente poderá valer-se de técnicas e procedimentos de confirmação de saldos por meio de obtenção de informações advindas de terceiros.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme NBC TA 200 (R1) – A confirmação de saldos é um procedimento comum adotado pelo auditor independente.

“11.o conduzir a auditoria de demonstrações contábeis, os objetivos gerais do auditor são:

(a) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e

(b) apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TA, em conformidade com as constatações do auditor”.

Acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos peritos judiciais e extrajudiciais, julgue os itens que se seguem.

114 A adoção da taxa SELIC em sentenças judiciais exige o perito judicial da apuração de juros remuneratórios destacados, uma vez que a taxa SELIC inclui a correção monetária e os juros remuneratórios em sua composição.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A taxa SELIC contempla a correção monetária e os juros remuneratórios. Caso existam juros moratórios, estes, por sua vez, serão apurados destacadamente.

115 Caso o perito utilize indexador estabelecido por tabela de cálculo da justiça, o montante atualizado será obtido pelo produto do valor original a ser atualizado pelo número índice disponibilizado pela tabela no respectivo mês em que a parcela a ser corrigida tiver ocorrido.

JUSTIFICATIVA: CERTO. As tabelas disponibilizadas pela justiça, federal ou estadual, apresentam os fatores em forma de número índice e o valor do montante atualizado será obtido pelo produto entre o valor original e o número índice do mês correspondente.

116 O laudo contábil deverá apresentar as respostas oferecidas aos quesitos formulados pelas partes, mas caso o perito não concorde com a formulação de um quesito específico, ele poderá prejudicá-lo e deixar de responder ao que foi arguido.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O perito deve responder a todos os quesitos formulados, independentemente de concordar ou não com a sua confecção. Caso a pergunta não esteja no escopo de atividades desenvolvidas pelo perito, ele poderá prejudicar o quesito apresentado. Somente nesses casos.

Acerca da amostragem em auditoria, julgue os itens seguintes.

117 A seleção de itens de uma população feita de maneira direcionada por um auditor não poderá ser classificada como uma amostragem estatística.

JUSTIFICATIVA: CERTO. NBC TA 530:

“Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma população.

Amostragem estatística é a abordagem à amostragem com as seguintes características:

(a) seleção aleatória dos itens da amostra; e

(b) o uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco de amostragem.

A abordagem de amostragem que não tem as características (a) e (b) é considerada uma amostragem não estatística”.

118 Quando da realização de testes de detalhes, a obtenção de valor de distorção baixo pode levar o auditor a acreditar que uma classe de operações não está distorcida de modo relevante.

JUSTIFICATIVA: CERTO. NBC TA 530 – Avaliação do resultado da amostragem de auditoria (ver item 15):

“A21. (...) Para os testes de detalhes, o valor de distorção inesperadamente alto em uma amostra pode levar o auditor a acreditar que uma classe de operações ou o saldo de uma conta está distorcido de modo relevante, na ausência de evidências adicionais de auditoria de que não há distorções relevantes”.

Acerca da condução dos trabalhos de perícia contábil e suas peculiaridades, julgue os itens seguintes.

- 119** No caso de o perito contador nomeado pelo magistrado não possuir competência suficiente para a realização de parcela dos trabalhos periciais, ele deverá solicitar formalmente a sua retirada da lide, uma vez que não poderá contar com outro profissional na qualidade de auxiliar de perícia.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. NBC TP 01:

“O perito deverá montar sua equipe de trabalho de acordo com as *expertises* de cada profissional com convergência ao trabalho que será desenvolvido. Assim, poderá se valer de auxiliar de perícia para a execução dos trabalhos conforme a norma estabelece”.

- 120** A solicitação de laudo complementar por uma das partes litigantes só pode ocorrer em caso de não atendimento ao que foi inicialmente formulado por meio de quesitos, devendo o perito, nesse caso, substituir o laudo inicial pelo complementar para corrigir seus erros.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. NBC TP 01:

“O laudo complementar poderá ser solicitado quando surgirem novas evidências no decurso da perícia e não está relacionado, necessariamente, a um erro ou falha do perito. Quesitos complementares serão respondidos em laudo complementar que não substituirá o laudo inicialmente entregue”.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Em dezembro de 2016, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou o Pronunciamento CPC 47, consolidando e atualizando alguns pronunciamentos que tratavam de receitas e contratos com clientes. Esse pronunciamento tem por objetivo determinar os princípios que as entidades devem aplicar para apresentar aos usuários de demonstrações contábeis informações úteis quanto às receitas e aos fluxos de caixa derivados de contrato com cliente. Para viabilizar sua aplicação, a nova norma contém um modelo de cinco passos a serem seguidos pelas entidades e cuja rigorosa observância é fundamental para que se cumpra o objetivo previsto.

Com relação ao referido modelo de cinco passos proposto pelo Pronunciamento CPC 47, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 características dos passos um e dois; [valor: 15,00 pontos]
 - 2 características dos passos três e quatro; [valor: 15,00 pontos]
 - 3 forma e momento de realização do passo cinco. [valor: 8,00 pontos]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

FOLHA DE RASCUNHO





O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

FOLHA DE RASCUNHO

